



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2025 - Ata n.º 53.

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Sr.^a Presidente, Deputada **Flávia Francischini**, secretariada pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **53.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Há sim, Sr.^a Presidente, Deputada Flávia. (Procedeu à leitura do documento que compunha o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição do documento recebido pela Assembleia, que se encontra sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 143.782/2025** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Fábio Oliveira.



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Temos hoje no Plenário a presença dos Vereadores de Porecatu, a Sr.^a Nataly Luciane e o Sr. Edmilson Messias, a pedido do Deputado Tercilio Turini, sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Também temos a visita de alunos do Colégio Arquidiocesano de Curitiba que estão acompanhados pelos professores José Ricardo Pacheco, Marcela Ferreira e Gabriela. Também sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Quero fazer um cumprimento especial aos alunos do Colégio Arquidiocesano de Curitiba aqui presentes, acompanhados pelos professores José Ricardo Pacheco, Marcela Ferreira e Gabriela. Sejam muito bem-vindos, esta é a Casa de Leis, aqui representamos a sociedade paranaense com antagonismo de ideias, como disse antes a vocês – isso é normal. Então sejam muito bem-vindos e aqui compreendemos que a opinião de cada Deputado é importante porque representa uma parte da nossa sociedade. E a liberdade de opinião, senhores alunos, é primordial e imprescindível em uma sociedade moderna. Salvo aquela que o Deputado Renato Freitas foi visitar na China que é um local de ditadura, de comunismo, onde um ditador controla os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Aqui pugnamos pela liberdade de opinião, de expressão. Essa é a democracia do Brasil que queremos, inclusive com a continuidade, senhores alunos, da liberdade das redes sociais: *Instagram*, *Facebook*, *TikTok*. Ninguém tem que controlar não, como qualquer país democrático do mundo. Senhores, utilizei primeiramente a palavra indignado. Verifiquei a rede social do Deputado Renato Freitas e ele faz uma denúncia, Sr. Presidente, e na capa está escrito o



seguinte: “*Deputado Renato Freitas denuncia esquema milionário na PM do Paraná*”, e coloca minha foto. Senhores, *data maxima venia*, o que tenho a ver com a denúncia? Vossas Excelências estão batendo palmas para uma mentira. O fato diz respeito ao Secretário de Segurança Pública, não tenho nada que ver com ele, não faço parte do Poder Executivo, não tenho vínculo, não tenho amizade, não tenho relacionamento e está aí a minha foto junto – “*Deputado Renato Freitas denuncia esquema milionário da PM do Estado do Paraná*”. Se isso é liberdade de opinião, eu acho que não. Então vou representar no Conselho de Ética, pedindo a apuração desse fato. Não tenho qualquer relação, não conheço a licitação, não participei da licitação, Sr. Líder do Governo, e não estou falando bem ou mal, nada disso. Estou dizendo que não conheço nem o fato, não tenho relação de amizade com a pessoa aqui denunciada – que não vem ao caso –, não tenho relação profissional, nada, zero, zero, zero. Mas, está aqui a minha imagem. Vou pedir, encarecidamente, Deputado Renato Freitas, que retire das redes sociais dele esta imagem... Deputado Renato quer um aparte?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Deputado Tito, de fato essa imagem não foi feita nem por mim, nem pela minha assessoria de comunicação e será excluída das minhas redes sociais.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado, perdão, mas não cabe aparte no Pequeno Expediente, ok?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Perfeito, Sr.^a Presidente, sempre cumprindo o Regimento Interno. meus parabéns! Obrigado, Sr. Renato Freitas. Então, com base nisso, não vou representar contra V.Ex.^a, em virtude da retirada, porque neste caso não tenho vínculo nenhum, aliás, nem conheço a licitação, não participei da licitação, não conheço o fato, não é? O fato, sem dúvida alguma, tem que ser apurado e que seja apurado pelos órgãos de controle. Senhores, vou utilizar a palavra para aquilo que era o objeto da minha conversa



hoje: taxa de atos do inquérito. Bandido bom é bandido preso, vocês sabem disso, e o Estado do Paraná é um exemplo na busca para que o criminoso fique na cadeia. Hoje, Sr. Líder do Governo, tivemos a felicidade de entregar mais de 400 veículos. Está de parabéns o nosso Governador do Estado. Veículos excepcionais. As motocicletas entregues hoje, mais de 200, uma dela é uma Triumph Tiger 900 cilindradas; outra Suzuki GSX-1000, motos de *bikeiros* que participam de campeonato. Hoje a nossa Polícia está sendo estruturada como polícias de primeiro mundo e eu fico muito feliz com isso, porque, como Delegado de Polícia que atuou muitos anos aqui e em Minas Gerais, sei da falta de estrutura que vivemos no passado. Já cansei de falar com vocês: fui Delegado em Almirante Tamandaré quando... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Vou usar o Horário da Liderança, Sr. Presidente. Fui delegado em Almirante Tamandaré, senhores, quando a taxa de homicídios colocava Almirante Tamandaré como as 10 cidades mais violentas do País. Fui para lá em 2018, quando saí de lá, nós felizmente saímos do top 10, ficamos no top 50, mas saímos desse número terrível que representa estar entre as 10 cidades mais violentas do país e convivi com a falta de estrutura. Muitas vezes me socorri do Líder do Governo na época – quando cuidava de presos –, Sr. Líder do Governo, eu ligava para o senhor desesperado pedindo ajuda porque não tínhamos viatura, não tínhamos nada. Sabe quem consertava nossas viaturas? Empresários da cidade, o senhor acredita, Sr. Líder do Governo? Quebravam os nossos carros da polícia – sirenes, precisava trocar pneu –, os empresários pagavam, o Estado não tinha dinheiro. Então hoje vivemos uma realidade totalmente diferente. O orçamento de praticamente R\$ 7 bilhões mudou a realidade. Podem falar bem, podem falar mal, mas o



investimento existe e a realidade está aí nas ruas. Então, isso mudou muito. Mas quem tem que pagar essa conta é bandido, por quê? Porque quem paga a segurança pública é o cidadão de bem, o cidadão honesto. E temos um Projeto de Lei, Sr. Líder do Governo, do qual sou relator na CCJ, que institui as “taxas de atos de inquérito”. Pessoas menos avisadas vão dizer: *Mas, nossa, então vão terceirizar, vão privatizar a segurança pública?* Não, não é isso. Por quê? Porque em um processo judicial, que também é público – que também é público! –, o criminoso, se condenado, Deputado Arruda, vai pagar no final as custas. Por que no inquérito policial, que movimenta uma delegacia de polícia, que movimenta o delegado, escrivão e investigadores, viaturas, aquele condenado com trânsito em julgado não tem consequência pecuniária nenhuma? Então esse Projeto de Lei do Governo do Estado é excepcional, por quê? Porque aquele que sofreu investigação, que foi indiciado e que tem uma condenação com trânsito em julgado – com trânsito em julgado! – vai ter que pagar as custas de ato de inquérito, pelo flagrante realizado, pelas diligências do delegado. Por quê? Porque quem paga a conta hoje é a sociedade. Existe um estudo de que podemos, sim, recolher mais de R\$ 500 milhões por ano e aí, sim, gastar efetivamente na segurança pública. Então é um Projeto de Lei excepcional, que vai ao encontro de interesse da sociedade, porque precisamos, sim, punir os criminosos de todas as formas possíveis: penalmente, através da aplicação da lei penal; e precisamos punir com os custos da mesma forma que o Poder Judiciário, de forma inteligente, utilizando o Código de Processo Penal e Processo Civil já faz. Já existe previsão expressa para os processos judiciais, Sr. Presidente, no Código de Processo Civil. Então vamos usar de forma analógica no inquérito policial, passando a conta para o criminoso, desde que haja, obviamente, uma sentença com trânsito em julgado. Ninguém quer punir uma pessoa inocente. Então, está de parabéns o Governo do Estado. Está de parabéns a equipe, que trabalhou nesse Projeto de Lei. Tive reunião com o Dr. Timóteo, na última sexta-feira, do Sindicato. O Dr. Renan participou ativamente deste Projeto e é pioneiro, porque pesquisei em outros



Estados da Federação, Sr. Líder do Governo e não encontrei. Então, é um Projeto de Lei produzido no Estado do Paraná. Vejam a importância de legislarmos aqui no Estado do Paraná, estabelecendo essas consequências. O processo continuará público, alguém vai me perguntar: *Mas, então, vou pagar para fazer um boletim de ocorrência?* Não. Você não irá pagar. Todo o inquérito continua público, o boletim de ocorrência é gratuito. E o flagrante alguém vai pagar? Não, somente o investigado, aquele que foi preso em flagrante de delito, se for condenado ao final, antes disso, o sistema continua igual. Ninguém vai pagar qualquer taxa para movimentação da persecução penal, a polícia vai trabalhar normalmente. Por que estou trazendo isso a vocês de uma forma bem pueril, bem explicativa? Porque muitas vezes a esquerda nos traz informações, que não são verdadeiras. Vão terceirizar as delegacias? Jamais, em tempo algum, isso não existe e nunca existiu. O que existem são taxas de ato de inquérito, cobradas daquele que teve uma sentença condenatória, transitada em julgado, simples assim, da mesma forma que o Poder Judiciário já faz. Isso pode gerar, Deputada Maria Victoria, pode gerar o valor... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): ... o valor de R\$ 500 milhões por ano. Senhor Líder do Governo, parabéns. Vou defender este Projeto de Lei na CCJ, com muita honra. Porque honra quem merece honra. Precisamos fazer com que a sociedade paranaense compreenda que o bandido tem que pagar a conta por todos os atos que são praticados pela sociedade para garantir a paz social. Nada melhor do que impor ao condenado também esse valor pecuniário. Obrigado, Sr. Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Contamos aqui com a presença do Vereador de Apucarana, Sr. Wellington Gentil, a pedido da



Deputada Maria Victoria. Seja bem-vindo a esta Casa. Peço ao 1.º Secretário que leia a Mensagem do Governo que acabou de chegar, por favor.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): O seu pedido é uma ordem, Sr.^a Presidente. Então, passo à leitura da **Mensagem n.º 52/2025** do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 439/2025**) que autoriza a alienação do imóvel que especifica, situado no município de Boa Ventura de São Roque.

Era o que tínhamos, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Obrigada. Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui pela TV Assembleia, primeiramente, cumprimentar o Governador Ratinho Junior. Hoje tivemos um grande evento de entrega de viaturas, motocicletas, na área de segurança pública, uma área que defendo e muito, porque em país que não tem segurança, não dá para viver. O Brasil, infelizmente, após a entrada desse atual Governo Lula, vem aumentando muito a criminalidade, o que já era de se esperar, porque esse Governo Lula adora apoiar a bandidagem – já sabemos disso. Mas aqui no Paraná é diferente, o trabalho é sério, o bandido fica miúdo, aqui, bandido não se cria. Como é bom trabalhar em um estado onde o Governo é honesto, onde a gestão é bem-feita, onde tem dinheiro em caixa. Sabem por quê? Porque não tem roubo, porque tem boa gestão, diferente do Governo Federal nas mãos do Lula. Corrupção a cada dia, os caras estão quebrando o Brasil, é roubo em cima de roubo, escândalo em cima de escândalo. Bom era na época do Bolsonaro, que o escândalo que tinha era o Bolsonaro de *jet ski*. Ah, ele está gastando combustível – esse era o escândalo na época do Bolsonaro. Como mudou, Delegado Tito.



Como mudou! Agora que temos um ex-presidiário e a quadrilha tomando conta do Brasil, se não bastasse saquearem e quebrarem as estatais – todas devendo, agora –; se não bastasse, Governo Lula, agora, nessa roubalheira do INSS, mais de R\$ 90 bilhões roubados do INSS – e o Lula não quer CPI, não quer CPI de jeito nenhum –; agora, mais uma – a plateia que apoia bandido, mais uma para vocês aí –, outro roubo anunciado, R\$ 3 bilhões na compra de carteiras escolares. R\$ 3 bilhões! Olhem só, de acordo com a CGU, que avisou que poderia ter um sobrepreço de R\$ 1,6 bilhão e o que aconteceu? Não tem problema, gastaram a mais e compraram por R\$ 3 bilhões, mesmo sendo avisados, tudo manipulado, concorrência manipulada. É o que digo, o Governo Lula é só roubalheira, é impressionante. Imaginem R\$ 3 bilhões em carteiras, o custo acho que era R\$ 1,5 bilhão, foi mais do dobro o roubo. Imaginem o que dava para construir com R\$ 1,5 bilhão. De repente dava até para dar aumento para professor, seria mais útil do que roubar o dinheiro, quando rouba. Por isso, que o PT cortou o dinheiro da educação e ninguém fala nada, cortou da saúde, cortou da Farmácia Popular, cortou da segurança pública. Onde tem roubo e não tem gestão, não há dinheiro que chegue. Olhem que loucura, o Governo Lula ainda ignorou o alerta sobre o ambiente propício para desvio de dinheiro nas ONGs. Ele ignorou! Se vocês acham que eles estão preocupados, o Lula não está preocupado com o dinheiro público, não, está nem aí, está gastando à vontade... (Manifestações nas galerias.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Eu gostaria de pedir, solicitar às galerias, os senhores são muito bem-vindos, por gentileza.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Que vergonha, se isso aqui são professores, é uma vergonha ao Paraná. É uma vergonha ao Paraná, professor que não tem educação. Imaginem o exemplo que vão dar nas salas de aula no Paraná. Que vergonha!



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado Arruda, deixe eu só concluir. Eu gostaria de dizer a todos que estão nas galerias que são sempre muito bem-vindos aqui à Casa de Leis. Nós os representamos, precisamos de qualquer forma, e peço a vocês o respeito para que o Deputado tenha também o direito de falar neste momento. Então, são sempre muito bem-vindos, mas nos ajudem fazendo silêncio agora e deixando-o terminar, concluir a palavra.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Depois a senhora repõe o meu tempo, por favor, Presidente. Se não bastasse essa roubalheira toda, esse escândalo todo, eles não estão preocupados. O casal Lula e Janja estão curtindo a vida com o dinheiro público. Eles gastaram só lá na França, em estadia – só na França, agora, para ficar de mão dada com o Macron e a Janja beijando o Macron –, só para isso, gastaram R\$ 1 milhão e 200 mil em estadias. E tem gente que acha bonito isso. Enquanto o Ex-Presidente Bolsonaro ficava nas embaixadas, não gastava dinheiro. Essa é a diferença de um presidente honesto e de um ladrão. Querem outra agora para vocês, não? O Governo Lula torrou... (Manifestações nas galerias.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Por gentileza, vamos repor esse tempo, para que o senhor possa concluir. Peço mais uma vez que vocês respeitem. São sempre muito bem-vindos, mas vamos deixar o Deputado concluir, por gentileza.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Com certeza, Presidente, isso não representa a categoria de professores do Paraná, não. Isso representa a escória do Paraná. É a parte podre dos professores ligada à APP-Sindicato, é o que representam os que estão aqui. Se não têm educação, como que vão dar aula para um aluno? Sem educação não tem como, é uma vergonha. É bom que o povo do Paraná veja isso. É bom que o povo veja que eles não têm um pingo de



educação. Continuando a roubalheira no Governo Lula, olhem só: o Governo Lula gastou em sete dias de viagem R\$ 44 milhões do dinheiro público, de um país que está quebrado. De um país que está quebrado, que quer aumentar imposto de qualquer jeito, porque não tem mais como fechar a conta. A gestão é ruim, a roubalheira não tem controle e quem paga é o povo, tem que aumentar o imposto e aumenta imposto. (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputado Flávia Francischini – União): Próximo orador, vamos ao Grande Expediente: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pode repor meu tempo, pode repor, que essa cambada tem que ouvir mais um pouco ainda.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Cinco minutos na Liderança, Deputado, que nós tínhamos que fazer inscrição antes, mais cinco minutos.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Está bem. Vamos continuar a roubalheira no Governo Lula aqui ou não? Se não bastasse tudo isso que eu já falei aqui do escândalo e mais escândalos desse Governo, além de tudo eles estão amparados por uma Suprema Corte tendenciosa, uma Suprema Corte que envergonha o Brasil, uma Suprema Corte que não respeita o processo legal, onde prende uma mãe de família porque usou um batom e põe um traficante em liberdade; onde prende uma outra mãe de família que tem cinco filhos, e põe aí um assassino que decapitou uma pessoa, porque ele não corre risco para a sociedade, a mãe corre risco à sociedade. Então, esse é o Brasil que temos hoje nesse desgoverno Lula, realmente um País que está sem controle nenhum, um País que está na contramão do mundo, um País que em vez de defender o povo americano, Israel, o povo de direita, defende terrorista, como o Hamas, defende o Irã, defende Cuba, defende Venezuela, defende tudo o que não presta. É incrível, é incrível isso aí!



Da mesma forma que eles defendem o PCC, o Comando Vermelho, esse é o corrupto Governo Lula, o Governo que voltou à cena do crime para destruir o resto que eles deixaram de destruir, para roubar o resto que não roubaram. Então, o Brasil está aqui, o Brasil está realmente entregue na mão de ladrões inescrupulosos, que não têm um pingo de vergonha na cara. E também, você veja o que representa o PT, minha gente, veja lá em cima, filma lá em cima, olhem os professores ligados ao PT. É isso aí, ó! Olha aí, ó! Grita, pessoal, vai! Faz corinho, vamos! Mais alto, faz o L! Os caras batem palma para ladrão, é impressionante isso, estão vendo o Brasil ser roubado e estão batendo palma; estão vendo o Governo desviar, tirar dinheiro da educação e estão batendo palma. É inexplicável isso aí, inexplicável, como pode isso, o pessoal ver tudo o que está acontecendo no Brasil e achar bacana ainda e bater palma? Estão vendo o Brasil ser destruído, roubado, a própria área da educação de que eles fazem parte, embora não representem. Como eu falo aqui, essa minoria não representa nada no Paraná, representa a escória ligada ao PT, porque se não têm educação para se portar aqui dentro, como é que vai se portar em uma sala de aula? São esses aí que vão incentivar a ideologia de gênero, que vão incentivar a Marcha da Maconha, essa turma... vão incentivar o aborto, são esses que querem doutrinar nossos filhos. Perdoem-me vocês, vocês são a vergonha do Paraná, liderados pela APP-Sindicato, que é um puxadinho do PT, que ainda vou fazer uma CPI nessa APP-Sindicato e vou mostrar as falcatrudas que vocês fazem aí. Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador, ainda no Pequeno Expediente: Deputado Reichembach. Gostaria de anunciar a presença do Vereador de Laranjeiras do Sul, o Sr. Rodrigo Psite, a pedido do Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO WILMAR REICHEMBACH (PSD): Presidente, Deputada Flávia, Deputado Gugu, também a Deputada que está na Mesa, Deputada Mabel.



Deputados e Deputadas presentes no Plenário e a população que nos acompanha através da *TV Assembleia* do Paraná. Quero trazer aqui uma informação relevante para o Sudoeste do Paraná em relação ao queijo colonial, o nosso queijo que ganha cada vez mais qualidade, compensando, premiando a dedicação de tantos produtores das entidades que hoje congregam os produtores dos queijos, técnicos do IDR e de outras instituições dos municípios, das secretarias municipais que trabalham há tanto tempo na busca de ter cada vez mais qualidade. Então, saiu hoje, em nível de Brasília, do INPI, Instituto Nacional de Produção Industrial, a indicação geográfica do queijo colonial do Sudoeste do Paraná. O que isso representa? Cada vez mais no mundo a indicação geográfica cria referência em relação à qualidade, em relação ao destaque, em relação a um produto único, que só acontece naquela região. Isso é muito forte na Itália, na França e em vários países da Europa, e aqui no Brasil cada vez isso se torna mais representativo, porque realmente identifica os produtos que ganham destaque em qualidade. O queijo colonial do Sudoeste do Paraná hoje se compara aos queijos famosos de Minas Gerais. E quero registrar aqui, Deputado Hussein Bakri, o papel do Governo também nessa caminhada quando criou o Susaf, que simplificou, por um lado, o controle sanitário, mas que, por outro lado, agregou ainda mais qualidade na produção. Mas acima de tudo esse Susaf abriu as fronteiras, porque até então quem produzia um queijo de boa qualidade no seu município só podia vender naquele município, não podia ir à cidade vizinha comercializar esse produto, fazia às escondidas muitas vezes, como se tivesse realmente praticando algo muito errado. E a criação do Susaf ampliou as fronteiras, abriu para todo o Paraná, oficializou essa comercialização, e sem dúvida isso deu força financeira aos produtores que romperam a barreira do desafio da comercialização, estão conseguindo colocar os seus produtos em todos os estados. Sem dúvida, isso levou mais recursos para as propriedades, que estão trabalhando com mais dedicação ainda, com mais entusiasmo, com mais motivação e de forma... buscando cada vez mais a qualidade. Também queremos registrar que já temos



uma pequena indústria familiar em Francisco Beltrão, que é da família Capra, que conseguiu também o selo de carbono neutro – que é outra referência importante, porque a questão ambiental está muito em pauta no mundo – e é outro item que agrega valor. Esse é o próximo objetivo da Aprosud, a Associação dos Produtores de Queijo do Sudoeste do Paraná, que tem muito mérito nessa conquista também da identificação geográfica e que agora também tem esse objetivo de levar o selo de carbono neutro para as propriedades que fabricam o queijo colonial. E também registrar, ainda sobre a cadeia produtiva do leite, que ganha cada vez mais força no Sudoeste do Paraná, refletindo como consequência a instalação de grandes indústrias. A última indústria anunciada – e que pelo porte do investimento o anúncio foi feito em conjunto com o Governador – já está em implantação em Francisco Beltrão e envolve um investimento de R\$ 680 milhões. Também, Deputado Corti sabe, lá em São Jorge do Oeste, seu município... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO WILMAR REICHEMBACH (PSD): Em São Jorge do Oeste está sendo instalada a Piracanjuba, que será a maior fábrica de queijos do Brasil, e em Francisco Beltrão já funciona há algum tempo a maior fábrica de manteiga do Brasil. E digo isso para fazer uma referência sobre a importância de quem produz queijo no âmbito familiar, na pequena indústria familiar, porque assim mantemos também nessa produção, que exige cada vez mais escala, a sobrevivência dos pequenos produtores. Parabéns à Aprosud, Associação dos Produtores de Queijos do Sudoeste do Paraná, e parabéns a todos os produtores por esta importante conquista. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos ao Grande Expediente. Próximo orador: Deputado Professor Lemos.



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento todos e todas que estão acompanhando a Sessão na tarde desta terça-feira. Quero fazer um cumprimento especial aos estudantes que aqui comparecem, aos professores e professoras e funcionários de escolas que também comparecem, mais uma vez nesta Assembleia Legislativa. Quero fazer um cumprimento muito especial, também, aos aposentados e aposentadas que aqui estão presentes, vindo reivindicar direitos que são importantíssimos. Quero cumprimentar a Professora Walkiria Mazeto, Presidente da APP-Sindicato, que está aqui acompanhada de mais dirigentes da APP, mais uma vez acompanhando aqui os debates nesta Casa. Hoje está em pauta, nas duas Sessões, o Projeto de Lei Complementar n.^º 6/2025, que dispõe sobre a reposição do piso do magistério, que vamos debater nestas duas Sessões. Antes de falar do Projeto de Lei e das Emendas que apresentamos, quero aqui me solidarizar com a família do Victor Gabriel Camargo, que faleceu lá no Canadá. Um adolescente, um estudante do município de Jesuítas que estava no Programa – que é um programa importante – *Ganhando o Mundo*, que é um programa da Secretaria de Estado da Educação, e que acabou então se afogando em um rio lá no Canadá. Foi ontem, foi encontrado hoje. Quero aqui estender a nossa solidariedade a toda a família, aos amigos, aos nossos professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas, e aos estudantes colegas do Victor Gabriel, por essa tragédia. Ele estava acompanhado da família acolhedora, lá no Canadá, e entrou em um rio, acabou sendo levado pela correnteza e perdeu a vida. Então, nossa solidariedade a toda a família, a toda a comunidade de Jesuítas, a toda a comunidade escolar do Estado do Paraná, que neste momento está passando por uma profunda tristeza. Quero aqui também, Sr. Presidente, falar da importância de nós aqui na Assembleia aprovarmos uma Lei garantindo aos servidores e servidoras, aposentados e aposentadas sem paridade para terem o reajuste anual, e eu trouxe aqui alguns exemplos. Este exemplo aqui é do Estado



de São Paulo, esta Lei é de 2010. Todo mês de janeiro, de todo ano, repõe-se a inflação no salário dos aposentados sem paridade no Estado de São Paulo. Desde 2010. Eu trouxe outra aqui que é do Rio de Janeiro, que é desde 2012, e a Lei também assegura, com base na Constituição Federal. Tem aqui de Santa Catarina. Santa Catarina tem uma Lei e tem um Decreto inclusive regulamentando a Lei e assegurando o pagamento dos aposentados sem paridade. O Paraná não fez esta Lei. Não fez porque não quis fazer. Quem tem a tarefa é quem está como Chefe do Poder Executivo. Isso vale para os Governos passados também, mas vale para o Governo atual, que já está cumprindo o segundo mandato, já passa da metade do segundo mandato. E aí os professores e professoras aposentados estão aqui, funcionários e funcionárias das demais Secretarias que estão aposentados também sem paridade estão cobrando e faz tempo. Quando não se faz a Lei é preciso, por analogia, aplicar o mesmo reajuste que é dado aos demais para aqueles que se aposentaram sem paridade. É simples assim. É assim que a Justiça tem decidido. Então, é muito importante que os nossos aposentados e aposentadas que se aposentaram sem paridade, tenham os seus salários reajustados neste momento, com o mesmo reajuste dado aos outros servidores. E aí é importante que o Governador mande para cá um Projeto de Lei com urgência para regularmos, disciplinarmos o reajuste anual dos servidores aposentados sem paridade. Quero também aqui, mais uma vez, falar pela nossa bancada PT-PDT, que é a mesma Bancada da Oposição. Apresentamos algumas demandas – já falei delas ontem – para assegurar que o aposentado, também sem paridade, possa receber os mesmos R\$ 500,00. Também apresentamos Emenda para manter o artigo que assegura que a tabela salarial continue como é, para que ela não seja *estrangulada*, para que ela não seja revogada, para que os percentuais entre uma classe e outra continuem, os percentuais entre um nível e o outro continuem, porque, se não continuar, a tabela salarial será congelada. E isto é grave, porque será a única categoria do serviço público do Paraná que não vai ter uma tabela estruturada, e isso é um



prejuízo para o futuro. Queremos o reajuste do piso, mas queremos que a tabela continue como ela é. Não pode piorar a tabela salarial, com isso não concordamos. Então, fizemos um esforço grande e estamos aqui e logo vamos chegar no item aqui da pauta onde votaremos o Projeto. Quero também aqui falar da importância desta indicação geográfica. O código é o 395, conquistado pelos 42 municípios do Sudoeste do Paraná, com relação ao queijo, ao queijo colonial, ao queijo feito com leite cru, o queijo artesanal. Essa indicação geográfica nasceu da luta dos produtores de queijo da região Sudoeste, que se somou com a luta dos produtores de queijo das demais regiões do Paraná, que pautaram o nosso mandato e então protocolamos o Projeto de Lei. Conquistamos então o direito de o produtor de queijo no Paraná fazer o queijo colonial e vender o queijo, porque era proibido até dezembro de 2018 fabricar um queijo no Paraná com leite cru e comercializar, era tido como clandestino. E o produtor era perseguido, era humilhado, era multado. Então, essa lei permitiu que os nossos produtores pudessem, inclusive, participar de concursos, apresentando seus queijos, e vários deles com prêmio até em Paris, com prêmio internacional. E aí nasceu a Aprosud, que é a Associação dos Produtores de Queijo do Sudoeste do Paraná. E a Aprosud buscou apoio da antiga Emater, que hoje é IDR, instituto de desenvolvimento da nossa agricultura do Paraná, buscou apoio da Adapar, avançou e conquistou esse registro que é muito importante. Por quê? Porque ele agraga valor. Ele valoriza o produto. Conquista mais mercados. Ele favorece o turismo. Ele favorece o aumento da renda dessa família que produz o queijo. Avançaram, inclusive, lá no Sudoeste, para ter o Selo Arte. O Selo Arte permite vender esse produto artesanal, esse queijo em todo o Brasil. E já tem produtores vendendo o queijo para vários estados. Isso é muito importante. Quero parabenizar a Aprosud. Parabenizar todos os produtores de queijo do Sudoeste por esta conquista importante. Então, parabéns. Vale a pena se organizar. Vale a pena se associar. Vale a pena cooperar, porque juntos somos mais fortes. Parabéns aqui, mais uma vez, ao Sudoeste do Paraná e à Aprosud.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito:
Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): É preciso compreender o mundo, pois quem comprehende o mundo tem condição de ajudar a controlá-lo. E quem controla o seu mundo, a sua comunidade, consegue determinar também a sua direção, que, para nós, tem que ser a mais justa possível, sobretudo para os Deputados desta Casa, que devem procurar a justiça. Mas, ao contrário do que se espera desta Assembleia, vemos todos os dias perseguições, ataques, infâmias, calúnias, *a boca fala o que o coração está cheio*. A mentira é o discurso que encontra mais fluência. A discórdia corre rapidamente pelas redes sociais e gera engajamento. E contra isso, essa política da mentira, não há punição. Mas contra nós que ousamos dizer a verdade, denunciar os poderosos, desvelar os esquemas de corrupção, contra nós é construído, nesta Casa, um *Código de Antiética*. Em 171 – veja, não coincidentemente –, 171 anos de Assembleia, nunca existiu um Código de Ética. Por que será? Em todos esses anos, todos que sentaram aqui tinham comportamentos exemplares? Nunca ninguém desviou dinheiro do povo? Nunca teve aqui cargos fantasmas? Licitações fraudulentas? Rachadinha? Formação de quadrilha? Teve. Foi registrado. Só não foram punidos. Agora eu, que afirmei que o Deputado Ademar Traiano era corrupto, porque ele mesmo afirmou em um termo de confissão que ele desvia o dinheiro público a partir de uma licitação fraudulenta, ele e outro Deputado, Plauto Miró. Agora contra mim estão fazendo um Código de Ética, em que se prevê um afastamento de até 180 dias, isto é, afasta-se o Deputado por tempo suficiente para que seja chamado o suplente. Na prática, perda de mandato. E o que tem nesse Código de Ética que carece de técnica legislativa e expressa seu caráter persecutório de pura censura? Expressões atentatórias. O que são? Pergunto a vocês, meus colegas de Assembleia, o que são “expressões atentatórias”? Vai ficar a cargo do Presidente? Vai ficar a cargo do Presidente do Conselho de Ética dizer o que são “expressões



atentatórias”? Vocês, estudantes, levem para casa hoje essa lição, procurem no dicionário, tentem achar a definição precisa de “expressões atentatórias”. É importante, porque aqui pode estar o mandato de alguém, o meu, por exemplo. Infrações graves. Que patacoada. Como pode o Código de Ética não dizer o que é infração. Tão pouco quais delas são graves, médias ou leves. Absolutamente discricionário, para reforçar o poder da Presidência, que terá o arbítrio de dizer: a sua infração é grave; a sua nem tanto. Olha, advertência verbal para quem perturbar a ordem da Sessão. Quando estou falando aqui, muitas vezes, os Deputados estão de costas, conversando, em voz alta, inclusive. Não estariam eles perturbando o andamento da Sessão? E pior: além da censura imposta pelo *Código de Antiética*, eles querem também censurar as redes sociais. Se você, que é alvo de um processo na Comissão de Ética, Deputado Antenor, acaba perdendo as suas prerrogativas, você pode pensar: ao menos eu consigo denunciar esse arbítrio, esse abuso de autoridade nas minhas redes sociais. Não mais, segundo o Código de Ética, podem ser também punidos aqueles que reclamarem nas redes sociais. Censura sem igual em nenhum Parlamento do Brasil. O País que se nega a regulamentar as redes sociais é o mesmo que, de última hora, para censurar a Oposição, regulamenta as redes sociais na Assembleia, para punir as pessoas. Por favor, Requião.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Renato, acho que precisamos nos lembrar de uma coisa aqui e dei uma entrevista inclusive falando do perigo da censura no texto de Código de Ética. Temos que lembrar que uma das prerrogativas dos parlamentares no Brasil é a imunidade parlamentar, para que possamos fazer denúncias, e o denunciado sempre se sentirá agredido. Mas a imunidade parlamentar garante, neste Parlamento, em qualquer Parlamento do Brasil, que possamos fazer as denúncias. Senão o Deputado Huguinho vai denunciar o Deputado Zezinho e será cassado pela denúncia, enquanto o Deputado Zezinho atrapalha um processo no TJ, uma investigação no Ministério



Público. Então, acho que o Código de Ética... uma reforma? Pode até ser necessária. Mas temos que ter muito cuidado com a censura prévia e a tentativa de tirar dos Deputados a imunidade parlamentar, a prerrogativa e o direito de fazer denúncias.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Exatamente. Pior do que a censura é a autocensura que será imposta aos Deputados. Pois se eu não sei o que é “expressão atentatória”, vou começar a diminuir o alcance das minhas falas. A força das minhas denúncias. Porque pode ser mal interpretada pelos que detêm o poder e eu posso simplesmente perder o meu mandato ou as minhas prerrogativas e daí ser expulso da CCJ, de que eu faço parte, ou da Presidência da Comissão de Igualdade Racial, à qual pertenço... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... ou o meu direito de fala aqui na tribuna. Isso é de uma constitucionalidade gritante, de uma carência técnica risível e de uma baixeza política digna dos coronéis. Entretanto, não me intimido. Como se diz lá onde nasci, lá onde morei, em Piraquara: *Não sou filho de pai assustado, eu enfrento, custe o que custar.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Antes de conceder a palavra ao Deputado Marcelo Rangel, com todo respeito a V.Ex.^a, Deputado Renato Freitas, apenas para corrigir sua fala. A análise da quebra de decoro não cabe a este Presidente e não cabe ao Presidente do Conselho de Ética, cabe a um colegiado de Deputados que formam o Conselho de Ética; não é uma decisão monocrática, é uma decisão coletiva e, posterior à decisão do Conselho de Ética, o Parecer vem ao Plenário, que é soberano e tomará a decisão, e vai respeitar a decisão da maioria. Então, em nenhum momento o nosso Código de Ética fala em



decisão monocrática do Presidente da Assembleia e do Presidente do Conselho de Ética. De forma muito democrática, será analisado por um colegiado no Conselho de Ética e, posteriormente, o Parecer vem ao Plenário para ser ratificado ou não, e o Presidente desta Casa respeita a decisão do Plenário. Em relação à censura, em nenhum momento foi falado em denúncia. Vossa Excelência, como os 54 Deputados, pode usar a tribuna, as suas redes sociais para fazer qualquer denúncia e é o dever do Parlamentar fazer isso. Estamos aqui para fiscalizar, para legislar, para aprovar leis importantes para o cidadão paranaense, mas temos o dever de, qualquer denúncia apresentada a nós, fazê-las. O que colocamos é que discursos desrespeitosos, agressivos, sem nenhum fundamento podem ser analisados pelo Conselho de Ética de forma coletiva e não de forma individual. Denúncias jamais serão reprovadas, ou serão apresentadas quebra de decoro em relação a isso. Vossa Excelência pode ficar muito tranquilo, vamos votar o Código de Ética, não está em regime de urgência, V.Ex.^a pediu vista hoje na CCJ. Quero que este Plenário debata amplamente. Emendas serão apresentadas, retorna à CCJ, teremos um amplo debate porque, pela primeira vez na história, e V.Ex.^a sempre disse isso, não tínhamos segurança jurídica. O Conselho de Ética se submetia ao Regimento Interno, sem nenhuma regra. E teremos agora um Código de Ética para trazer o que V.Ex.^a sempre defendeu: segurança jurídica para o Parlamentar ser punido ou não. E, repetindo: cabe ao Plenário tomar a decisão final. Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Já quero parabenizá-lo pela sua atitude, pela sua postura e por representar bem o povo paranaense. Esta é uma casa do bom debate. Aqui, sem dúvida nenhuma, teremos discussões acaloradas e isso faz parte da democracia e são muito salutares, inclusive os debates acalorados, os argumentos até mesmo ácidos, mas com muito respeito, não somente aos colegas Parlamentares, mas principalmente à população paranaense. Como está previsto no Regimento Interno, art. 110, acredito que o



Presidente Alexandre Curi está fazendo um trabalho importante para que a gente possa ter regramento dentro da Casa de Leis do Estado do Paraná. Mas subi aqui à tribuna para falar a respeito de uma iniciativa também do Deputado Alexandre Curi, com a Presidência do Deputado Denian Couto, a quem tenho reconhecimento pelo seu trabalho sério, correto, pelo seu trabalho combativo e, principalmente, pela sua responsabilidade de estar à frente de uma comissão tão importante, uma comissão especial que vai votar o Código do Empreendedor aqui, na Assembleia. Um sonho de todos os empresários: o pequeno empresário, o microempresário, do micro até mesmo às grandes indústrias multinacionais sempre sonharam em ter apenas um Código aonde se reuniu todas as leis que temos hoje no Estado do Paraná. Só para as senhoras e os senhores que estão nos acompanhando pela TV e aqui na Assembleia Legislativa entenderem a dimensão disso, são mais de 20 mil leis que serão desburocratizadas e vão se tornar apenas um Código, dando celeridade, dando rapidez para todos os trâmites processuais dentro do Estado do Paraná, que, aliás, é um estado exemplo para o Brasil porque aqui temos os melhores números do setor produtivo e o crescimento industrial do setor de serviços, do comércio, é o maior do Brasil. E quero falar inclusive a respeito disso, mas, na primeira Audiência Pública que tivemos na cidade de Ponta Grossa, liderada pelo Denian Couto e comigo como Deputado relator, já recebemos algumas sugestões dos empresários do Paraná, como a padronização dos processos de vigilância sanitária, que normalmente é um problema bem grave para cada empreendedor do Estado. Porque cada cidade paranaense tem o seu Código de Vigilância Sanitária, algumas cidades são extremamente céleres, desburocratizadas, rápidas, mas outras, um verdadeiro parto para os empresários. Fazer uma padronização desses códigos de vigilância sanitária será muito importante; simplificação e redução das 21 mil leis para os empreendedores; desburocratização de processos; licenciamento ambiental; Iplan; modernização de leis; remoção de exigências obsoletas, como mapas físicos. Creio, senhores, que em postos de combustíveis existe uma lei que obriga os



postos a terem mapas físicos, o cartaz do mapa geográfico. Quem é que tem isso hoje? Mas é uma obrigação, passível inclusive de multa se os postos de combustível não tiverem. Descentralização de serviços da Capital; criar leis simples; regulamentação por decreto; adotar o princípio da boa-fé e autodeclaração. Os empresários precisam dar entrada, em processos longos por meses, por anos, para conseguir licenciamentos, alvarás. Por que não ter o princípio da boa-fé, onde o empreendedor, na verdade, tem a autodeclaração de que está fazendo o correto e, é claro, com fiscalização dos órgãos competentes. Padronização dos processos municipais; criação de política de incentivo ao empreendedorismo jovem; padronização de coleta de indicadores municipais; automatização de processos de abertura e licenciamento. Enfim, eu poderia falar sobre todas as ideias que surgiram na primeira reunião, na primeira audiência, da Comissão Especial do Código do Empreendedor...

Deputado Denian Couto (PODE): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Quero passar ao Presidente da Comissão, Denian Couto.

Deputado Denian Couto (PODE): Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, Deputado Rangel, pelo trabalho realizado, desde já, após a nossa primeira reunião. A primeira reunião em Ponta Grossa foi extremamente produtiva, percebemos o setor interessado em nos auxiliar. Já fiz um estudo para que o nosso site da Assembleia Legislativa tenha um espaço para coletar todas as sugestões do setor produtivo do Estado do Paraná. Temos um trabalho longo pela frente. Já solicitei ao Deputado Tamura que organize a reunião, na cidade de Londrina, que seja a nossa próxima parada, e que o encontro de Londrina seja tão produtivo quanto foi aquele organizado por V.Ex.^a, na cidade de Ponta Grossa. Tenho dito o seguinte: não poderia ter havido uma escolha melhor de um homem para tocar a redação desta nova lei, senão o seu nome. Parabéns, Deputado



Marcelo Rangel, conte comigo e vamos em frente para a elaboração do Código do Empreendedorismo do Estado do Paraná.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Agradeço muito pelas suas palavras, Presidente Denian Couto, honrado por tê-lo nesse trabalho, nessa grande missão e ao seu lado. Parabéns, também pelo seu trabalho. Teremos muita coisa pela frente, muito trabalho para ser realizado. Mas quero falar a respeito dos números positivos no Estado do Paraná. Aqui na Assembleia existem discussões ideológicas, entre esquerda e direita e sempre falo: nessa discussão dos dois lados, o melhor é ficar com bons resultados; sou assim, aquilo que produz bons resultados precisamos reconhecer. Olhem só a notícia do Estado do Paraná! “*O Paraná fechou o primeiro trimestre de 2025, com um crescimento econômico de 5%, da comparação com o mesmo período do ano passado, chegando a R\$ 210 bilhões*”. O resultado posiciona o Estado acima da média do crescimento nacional, que foi de 2,8%, e até mesmo das potências globais, como os Estados Unidos, que fecharam o crescimento de 2,1%. Ou seja, o Paraná tem resultados melhores do que países de primeiro mundo. Aqui, o Brasil dá certo. É por isso que subo na tribuna, como Vice-Líder do Governo Ratinho Junior, com muito orgulho, com a honra de poder dizer que, no Estado do Paraná, segundo os indicadores econômicos, e o Governador sempre fala: “*Para você cuidar dos mais pobres, dos mais necessitados, quem cuida das finanças pode realizar esse trabalho com as pessoas mais necessitadas*”. Os investimentos de cuidados chegam a R\$ 655 milhões, entre janeiro e abril, um aumento de 20% do ano passado e recorde histórico para o Paraná. O volume previsto de investimentos para este ano é o maior da história. Os Deputados que aqui estão, Deputada Mabel, estão felizes, porque podem levar resultados práticos para os seus municípios, investimentos de milhões. Sou Deputado desde 2006, nunca vi nada parecido, Deputado Alexandre Curi, nada parecido. Éramos Deputados que, no máximo, entregávamos uma máquina ou uma ambulância. Estamos, simplesmente,



divulgando milhões para cada município que representamos. Isso é fruto do trabalho do Governo do Estado do Paraná. Olhem, o nosso Estado possui, atualmente, uma dívida. Sabem qual é a dívida do Estado do Paraná? A dívida consolidada é negativa de R\$ 7,77 bilhões. Se o Brasil fosse como o Estado do Paraná, senhoras e senhores, se o Brasil fosse como o Estado do Paraná, não teríamos mais essas discussões acaloradas, Deputado Arruda, Deputado Renato Freitas, se tivéssemos, aqui... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço o respeito da galeria ao orador.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Com todo o respeito às opiniões divergentes. Tenho muito respeito à democracia, mas só estou falando o que é real, são os números do Estado do Paraná, inclusive, sobre o setor produtivo, o setor industrial batendo recorde em cima de recorde, senhoras e senhores. Em fevereiro, senhores convidados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Para finalizar, Sr. Presidente, o PIB regional do Paraná cresceu 8,1%, liderando entre os estados, mais do que o dobro do Brasil – mais que o dobro do Brasil. Por isso, senhoras e senhores, imagino que diante de todas as discussões entre direita e esquerda existe um caminho melhor, o caminho dos resultados práticos, dos números corretos que o Estado do Paraná apresenta para a população paranaense. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra, na Liderança da Oposição, ao Deputado Arilson Chiorato. Esta Presidência anuncia a



presença do Vice-Prefeito de Londrina, Sr. Junior Santos Rosa, por solicitação do Deputado Fabio Oliveira. Com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Terra do Nunca ou, melhor, A Ilha da Fantasia. Quem é um pouco da minha idade, mais avançada – ou, de repente – conheceu a Ilha da Fantasia e também já ouviu falar do Peter Pan, figura usada em desenhos e episódios. Parece a mesma terra em que vive a Base do Governo Ratinho Junior, ao defender as coisas aqui. Um Paraná maior, o melhor, o extremamente número um, é o maior em tudo, está sempre no primeiro em tudo, não tem problema algum. Eu queria muito, Deputado Marcelo Rangel, fazer coro ao discurso de V.Ex.^a, claro, se ele fosse tão verdadeiro quanto diz o Governo. O Secretário de Fazenda esteve aqui há alguns meses – ou, melhor, há algumas semanas – e disse que o Paraná tinha R\$ 14 bilhões em caixa, apresentou no telão. Na semana seguinte, corte de R\$ 2 bilhões. O Deputado fala que o recorde financeiro do Estado... Vi um vídeo ontem, do Governador Ratinho Junior, que o Paraná não depende do Governo Federal, mas se tem tanto dinheiro assim por que não dá a data base para os servidores? Se tem tanto recurso assim, por que não paga o reajuste de 47% da carreira do funcionalismo público? Se tem tanto dinheiro assim, por que o Paraná tem uma fila imensa de precatórios, que não são pagos? A propaganda é uma coisa, mas ação aqui dentro, infelizmente, é outra. E aqui, não tenho como não mencionar esse PL 6/2025, que é um ataque à carreira do magistério. Vamos deixar uma coisa bem clara: o que vai ser colocado, que é *quinhentão* em média por professor, não é mais do que obrigação, que é o piso nacional do magistério. Primeira coisa, não tem mérito algum, o Governo está querendo cumprir a lei nacional. Segundo ponto, a forma com que está parametrizada essa lei vai acabar com a carreira dos professores do Estado do Paraná. Nós, da Oposição, fizemos emendas, a primeira delas pede 11,3% com efeito retroativo para abril. Segundo, que essa inclusão se estenda aos aposentados sem paridade e, ainda, que mantenhamos o nível de hierarquização



utilizado, em nível I, II e III, para que os profissionais que tenham mais tempo de serviço tenha o mesmo tratamento no percentual dado. O que está sendo feito aqui hoje? Um professor que inicia a carreira com R\$ 4.500, recebe R\$ 500,00, dá sim 11,5%. Mas o professor que está há 20 anos, que está recebendo lá R\$ 8 mil, ao receber R\$ 500, ele não recebe os 11%, ele recebe na verdade bem menos que isso. O que nós queremos? Que os 11,3% se estenda para toda a categoria nos níveis já parametrizados na legislação vigente. Segundo, que esse valor também se estenda aos aposentados que não tiveram essa paridade no momento. Então, estou pedindo aqui para que olhemos essas emendas como forma de corrigir uma distorção absurda. E aqui não posso colocar da forma intencional que isso é feito. Há, sim, um preterimento do Governador, uma escolha na publicidade para falar dos *quinhentão* do que na verdade na efetividade desse Projeto de Lei. Estamos com episódios lamentáveis na educação do Estado do Paraná. Aliás, Deputada Luciana, a educação está em caos: duas mortes, autoritarismo. Essa semana em Maringá foi destituído o diretor do Colégio Alfredo Moisés Maluf, autoritarismo, estudantes protestando, condições nas escolas lamentáveis, e o Governo ignorando, ampliando a obrigatoriedade das plataformas, do modelo mecanicista, onde tira o valor, o dispêndio, o senso humanitário de quem faz educação, que são os profissionais e os professores. Há uma pressão muito grande, institucionalizada, para que tenhamos falsos parâmetros no Ideb; se passa aluno que faltou na escola, se passa aluno que não tem condição intelectual com a nota representada. Há várias coisas aqui que são forjadas, mas o que importa na verdade é a propaganda no *YouTube*, na televisão. O Ideb do Paraná não passa de uma espetacularização forjada ao lombo dos professores, dos educadores, dos aposentados que estão lá. Não podemos concordar que venha uma lei, que é a forma de um alívio, que está sendo colocado da forma que está. A ONU recentemente pediu para o Brasil encerrar e proibir o modelo de escola cívico-militar, e o Paraná é o laboratório, com 312 escolas cívico-militares, recorde nacional, com casos graves dessas escolas de assédio moral, de agressões, tiros,



ameaças, monitores militares omissos e algumas vezes cúmplices desses processos. Esse modelo é antidemocrático, perigoso, já foi denunciado aqui. E recentemente estamos vendo um vídeo mostrado, que então hoje o Secretário de São Paulo, o Sr. Renato Feder, que foi Secretário aqui no Paraná, ignorou invasões, zerou reprovações, e aplicou uma prova fácil no final do ano, fraudando o Ideb, uma denúncia feita por profissionais da imprensa. A educação pública não pode ser tratada como *marketing*, é um compromisso com o futuro, é a educação que conta o nosso passado, que escreve o nosso presente, que projeta o nosso futuro. Precisamos disso para além de uma peça de *marketing*. *Quinhentão* não representa o valor de que precisam os profissionais da educação. A propaganda de R\$ 500,00 não é verdadeira por primeiro, é para a minoria dos atendidos. Precisamos que o Governo volte a entender que estamos falando de um processo de educação que tem origem, início, meio e fim, e é um projeto de médio e longo prazo. Fazer com que algumas leis, como o PL 6/2025 sigam neste momento fica muito difícil. Estou pedindo aqui, Deputado Hussein, para V.Ex.^a que está um pouco alvorocado, que corrijamos as distorções desse Projeto, que implementemos aqui de verdade as emendas que parametrizam isso e que diminuam as injustiças. Aqui é um ambiente de debate, aqui é um ambiente em que as exposições de ideias precisam ser efetivadas, e quando a Oposição aumenta o tom sobre alguma coisa é porque ela quer sinalizar para o Governo que há um descontentamento ou que as coisas não estão funcionando. Então, entendemos que esse projeto precisa ser mais bem cuidado. Meritoriamente, ele tem o seu valor. Há um esforço para se melhorar o Projeto e a remuneração dos professores, mas da forma que está, sem acatar a emenda, no médio e no longo prazo, ele vai aumentar a distorção da carreira. E vejo aqui matéria na imprensa, vi uma hoje: “*Esquerda vota contra aumento dos professores*”. Não! Esquerda sempre vai votar a favor dos professores, a favor da melhoria; o que não queremos é que o Projeto seja votado com as emendas não acatadas, que tenhamos um prejuízo ainda maior no longo prazo para os professores, e que



também os aposentados sem paridade fiquem de fora desse processo. Por isso, começamos com a denúncia, com a crítica, e agora apresentamos as emendas na forma de solucionar, de ajudar a encontrar um caminho, uma construção que possa ser melhor para a educação pública do Paraná. Aliás, lembrando a todos que a educação é feita por um conjunto de educadores, trabalhadores, comunidade escolar e aluno, e precisamos ter esse olhar sistêmico. Pela educação e pelos servidores, além da data base, remuneração justa já!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Cantora Mara Lima – REP): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhora Presidente, colegas da nossa Base, da Oposição, plateia que recebemos aqui com muito carinho, Presidente da APP-Sindicato. Estou um pouco – deixa eu ver o termo que vou usar – decepcionado, vou explicar por quê. Se tem alguém que lutou mais do que eu por esse Projeto, não vai ter, talvez igual, mas mais do que eu não. Quando eu digo “lutou”, colegas Deputados, diálogo, escutar, construir, avançar até onde eu pude, tudo o que eu pude fazer, eu fiz. Em primeiro lugar, quero dizer que não assiste verdade o Sr. Deputado Arilson quando o senhor fala que vai prejudicar a carreira. Não vai! Vamos votar uma emenda aqui – talvez sua assessoria não lhe falou –, a emenda preserva todos os benefícios da carreira. Isso foi um ponto que foi trazido pela APP, foi trazido pelos colegas, e o Deputado Romanelli foi signatário dessa emenda, e foi assinada por todos os colegas que compõem a nossa Base, a emenda preserva na íntegra todos os benefícios da carreira. Portanto, cai por terra, Sr.^s Deputados e Deputadas... Preciso de atenção. Quero pedir o seguinte: Sr.^s Deputados e Deputadas, vocês podem votar com toda segurança nesse aspecto. Quais eram os dois problemas, Deputado Batatinha? O segundo é a questão dos não paritários. Merecem, merecem muito, e assumi um compromisso com a APP-Sindicato, com todos os colegas, vamos até o Governo discutir essa



pauta, mas não é possível mais nesse Projeto, não temos mais como colocar novas despesas nesse Projeto, não é possível do ponto de vista constitucional, e temos esse compromisso de avançar nesse tema a partir do segundo semestre. Porque tem duas questões para superar: a primeira delas, os estudos que têm que ser feitos; e o segundo, isso tem um reflexo sobre as demais carreiras, que também tem as mesmas condições dos não paritários. Estou aqui na tribuna, falando da tribuna, que assumo esse compromisso. Quase que desisti desse compromisso, pela minha decepção de ver algumas críticas injustas, algumas críticas políticas, mal colocadas. E quero também dizer que respeito muito todos os Partidos, torço muito pelo nosso País – muito, muito –, torço pelo nosso País, respeito quem governa este País, sempre respeitei. Nunca vocês ouviram daqui qualquer ofensa minha a um governante. Mas quero dar um recado a vocês que criticam o Governo Ratinho: cuidem do quintal de vocês, porque o nosso está bem cuidado. O que espera vocês pela frente, vocês não imaginam. Você não imaginam onde pode chegar e os recados estão sendo dados pelo Congresso Nacional aonde pode chegar a situação. Você não conseguem se acertar internamente. Frita Ministro para cá, frita Ministro para lá, e o País está vivendo o pior momento. Nós confiamos no Governo Ratinho e vamos lutar muito por esse Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Ana Júlia (PT), Anibelli



Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO) Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (49 Parlamentares); **Deputados ausentes com justificativa:** Márcia Huçulak (PSD) (Req. 1438 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) e Paulo Gomes da TV (PP) (Req. 1458 -Art. 104, § 1º, inciso I, do Regimento Interno) (2 Parlamentares) **Deputados ausentes sem justificativa:** Alisson Wandscheer (SD), Delegado Jacovós (PL) e Soldado Adriano José (PP) (3 Parlamentares).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 434/2025**, da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública à Associação Laboratório de Artes, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 435/2025**, do Deputado Denian Couto, que autoriza a contratação de vigilância privada nas escolas, creches e demais estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 436/2025**, da Deputada Marli Paulino, que insere a Festa da Tainha de Guaratuba, realizada anualmente entre os meses



de junho e julho, como parte do calendário oficial de eventos do Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 437/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a leitura bíblica como recurso paradidático nas escolas públicas e particulares do Estado; **Autuado sob o n.º 438/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação WS Aircraft Museum, com sede no município de Campo Largo.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 150/2025, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o Título de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras, com sede no município de Umuarama - PR.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 194/2025, de autoria do Deputado Fábio Oliveira, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Sendas, com sede no município de Maringá.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 336/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 39/2025, que autoriza a filiação da Secretaria de Estado da Cultura como membro efetivo ao Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 361/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Lions Clube Medianeira Parque Iguaçu, com sede no município de Medianeira.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 378/2025, de autoria do Deputado Samuel Dantas, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Moradores do Bairro Rural Sertãozinho, com sede no município de Bandeirantes.



Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43/2025, em Regime de Urgência, que estabelece, para o ano de 2025, o reajuste da tabela de vencimento básico do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Educação. Vamos votar o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”. É um Projeto de Lei Complementar e necessitamos de 28 votos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto é “sim”. Os colegas que ainda não votaram, da nossa Base, o voto é “sim”, hein?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Doutor Leônidas, Flávia Francischini, Thiago Bührer e Jairo Tamura?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente. Teremos mais uma Sessão posterior a esta? A antecipada de quarta, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.



DEPUTADO JAIRO TAMURA (PL): Jairo Tamura vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Vossa Excelência pode votar no painel, Deputado Jairo. Deputado Anibelli, pode votar no painel. Deputado Samuel Dantas, como vota?

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Presidente Alexandre, aqui o computador não está funcionando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Matheus Vermelho?

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Se for possível, meu voto é “sim”.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Registrar o meu voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Soldado Adriano José (12 Deputados).]* Com 42 votos



favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado** o Projeto de Lei Complementar n.º 6/2025.

Vamos apreciar agora a Emenda de Plenário n.º 2. Em discussão a Emenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Essa Emenda do Deputado Romanelli, assinada por vários Deputados, mantém a carreira e beneficia o magistério. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto é “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Artagão e a Deputada Flávia Francischini?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo*



Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Del. Jacobós, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a emenda. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Flávia Francischini e Ney Leprevost.)

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, por favor, registre o voto “sim” do Deputado Ney Leprevost. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): O senhor pode registrar o meu voto também, porque acho que o senhor não ouviu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Registro o voto da Deputada Flávia Francischini.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 227/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 27/2025, que altera a Lei n.º 11.362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Vamos votar o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição comprehende a importância deste Projeto. Porém, uma versão do Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo Conselho Estadual de Assistência Social, foi alterada antes do envio para esta Casa. Com base em pedidos de representantes das entidades da sociedade civil no Conselho Estadual, apresentamos uma Emenda Supressiva para que cinco artigos do Projeto sejam excluídos. Esses artigos mudam as datas de realizações das conferências de assistência social de dois anos para quatro anos, e interferem no calendário e na integração do Paraná com a Conferência Nacional de Assistência Social, retira do Conselho a competência para aprovação do Plano Plurianual de Assistência Social e retira a capacidade da Conferência Estadual ser convocada pelo próprio Conselho. A retirada da responsabilidade do Estado em custear as despesas com a realização da Conferência Estadual e com a participação popular também dificulta o Projeto. Por fim, e mais grave, retira das entidades da sociedade civil a capacidade de escolha dos seus membros em assembleias autônomas do segmento, sem interferência do poder público. São esses importantes pontos que forçam o nosso voto contrário à aprovação do Projeto de Lei na forma que se encontra. Por isso, apresentamos uma Emenda que vai ser votada na sequência. Então, a Oposição vai votar “não” ao Projeto agora, e votar depois na Emenda. Voto “não” da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança do Governo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Projeto é bom, o Projeto é importante, e as Emendas deturpam a originalidade do Projeto. Então, neste momento vamos votar o Projeto. O Projeto é “sim”. Voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”. Repito, neste momento é “sim”. Deputados que ainda não votaram, é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota a Deputada Ana Júlia? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichenbach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (6 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Del. Jacovós, Denian Couto, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Paulo Gomes e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 227/2025. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Denian Couto.)**

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Registrar o meu voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Denian Couto.



Vamos apreciar agora a Emenda de Plenário n.º 1. Em discussão a Emenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, tentei de todas as formas, como sempre faço, mas houve um entendimento dentro do Governo de que não é possível acatar as Emendas porque, segundo o Governo, elas deturpam o objetivo principal do Projeto. Então, quero pedir à nossa Base toda: “não”. O voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como vota o Deputado Ney Leprevost? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados); Votaram Não: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (36 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Del. Jacovós, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes e Soldado Adriano José (10 Deputados).]** Com 8 votos favoráveis e 36 votos contrários, **está rejeitada a emenda.**

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 260/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33/2025, que altera a Lei n.º 18.877, de 27 de setembro de 2016,



que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda de Plenário aguardando parecer da CCJ. O Item 8, a CCJ não fez a análise da Emenda. **Está sendo retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 9 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 321/2025, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que altera a redação da Ementa e do art. 1.º da Lei n.º 18.739, de 30 de março de 2016, que reconhece o Futsac como modalidade esportiva criada no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Agora é "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): "Sim" também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (40 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Adriano José (14 Deputados).]* Com 40 votos



favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 321/2025.**

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 368/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 44/2025, que autoriza o Poder Executivo a receber direitos creditórios junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais em valor reconhecido pela Caixa Econômica Federal. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Projeto importante que vai colocar, através da Caixa Econômica, R\$ 190 milhões no caixa da Cohapar, que vai reverter para a população. Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto "sim", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, enquanto todos votam "sim", vou votar também, mas só para dizer o seguinte: há 20 anos comecei essa luta para o Paraná receber esse dinheiro do FCVS. Há 20 anos! Olha, só agora vamos ter que votar uma lei para conseguir receber da Caixa Econômica R\$ 190 milhões. Como é difícil a gestão pública.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Apenas para anunciar que o ex-jogador Alex, agora vai ser o técnico da segunda maior força do futebol paranaense. Ele



foi anunciado agora como técnico do Operário. O grande Alex, que foi o último grande jogador que teve no Coritiba, agora é técnico do Operário.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Seja bem-vindo, Alex, novo técnico do Fantasma. Parabéns.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (38 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Batatinha, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas e Soldado Adriano José (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 368/2025.

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 179/2025, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia Estadual do Krav Maga, a ser celebrado anualmente em 18 de janeiro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Antes que o Deputado Amaro pergunte – embora ele não vá perguntar porque ele é especialista em todo tipo de artes que temos de defesa pessoal –, o Krav Maga é uma técnica criada pelos israelenses e ensina qualquer pessoa se defender em situações de perigo real, independentemente da idade, gênero ou preparo físico. E é interessantíssimo porque o pedido foi feito pela Federação Paranaense de Krav Maga, dos Professores Gerson e Igor. Então, fica meu registro aqui.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Eu só queria parabenizar o Deputado Fabio, porque ele é faixa amarela de Krav Mag. Krav Maga é luta israelense de rua, Sr. Presidente, ensina dedo no olho e tudo mais para se defender de verdade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (39 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Adriano José (15 Deputados).]** Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 179/2025.**



Para os Itens 12 e 13 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 350/2025, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Associação Vinde Semear, com sede no município de Colombo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 389/2025, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de utilidade pública à Associação de Futsal de Prudentópolis, com sede no município de Prudentópolis. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição vota "sim", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto votam, novamente quero lembrar aos colegas que teremos mais uma Sessão, não é, Sr Presidente? Antecipada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria,*



Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 14 – Turno Único do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8/2025, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Governador a se ausentar do país no período de 23 de junho de 2025 a 14 de julho de 2025. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente. Para registrar aqui a presença na Casa do Vereador Fábio Valério e do Vereador Thales da cidade de Sertaneja.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pensei que V.Ex.^a ia anunciar o resultado do jogo do Fluminense.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quanto que está?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Cobra que é o nosso repórter.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Cobra não tem o resultado. Quero pedir aos Deputados que compõem a nossa Base o voto “sim” a este Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam, Deputado Evandro Araújo, Deputada Flávia Francischini, Deputado Gilberto Ribeiro? Como vota o Deputado Goura? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artágão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Soldado Adriano José (15 Deputados).]** Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 8/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1477/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente para o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Cel. Hudson Leônio Teixeira, requerendo informações concernentes aos policiais civis do Paraná que estão afastados de suas atividades, devido a problemas



relacionados com alguma patologia de saúde mental; **Requerimento n.º 1476/2025**, das Deputadas Cantora Mara Lima e Clora Pinheiro, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário do Desenvolvimento Social e Família, requerendo informações relacionadas ao Cadastro Único para o Programas Sociais (CadÚnico), no âmbito do Estado do Paraná. **Conforme acordo com o Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 1467/2025, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8/2025. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1471/2025, do Deputado Anibelli Neto, requerendo a dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 321/2025. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1452/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações ao município de Santa Tereza do Oeste; **Requerimento n.º 1453/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o envio de menção honrosa aos colaboradores relacionados da empresa Adservi, que prestam serviço nesta Casa de Leis, pelos excelentes serviços prestados; **Requerimento n.º 1454/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente a Secretaria de Administração e Previdência (SEAP), encaminhando solicitação encaminhada por um usuário que requer a análise e viabilidade de dois importantes pleitos relacionados ao Sistema de Assistência à Saúde dos



Servidores (SAS): **Requerimentos n.^{os} 1459 e 1470/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Padre Clayton Munhoz, da Arquidiocese de Curitiba, pelo seu relevante compromisso com a evangelização; a Antônio José Goudard, pelo seu espírito empreendedor, que há 40 anos contribui ativamente para o desenvolvimento do setor metalúrgico na cidade de São José dos Pinhais; **Requerimento n.^º 1460/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo a realização de um mutirão de regularização fundiária, voltado à formalização de núcleos urbanos consolidados que ainda carecem de reconhecimento legal, com o objetivo de beneficiar milhares de famílias que vivem em áreas ainda não oficializadas; **Requerimento n.^º 1461/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao DER/PR, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Campo Magro, que versa sobre a implantação de uma lombada na Rodovia Gumercindo Boza (PR-090), Km 18, no bairro Sede; **Requerimento n.^º 1462/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos e congratulações com menção honrosa à Médica Dr.^a Alexandra Ongaratto, pelo trabalho realizado em prol da saúde da Mulher; **Requerimento n.^º 1464/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sindicato dos Professores Municipais de Palmas - SINDIPROM, pelos 29 anos de fundação e luta em defesa do Magistério Municipal; **Requerimentos n.^{os} 1465, 1466 e 1468/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações: ao Presidente do Conselho Regional de Química, Sr. Edward Bogo, por sua destacada trajetória profissional e relevante contribuição ao setor químico e industrial no Brasil; ao enxadrista Everaldo Matsuura, por suas conquistas e realizações na prática do xadrez; ao Clube de Xadrez de Curitiba, em reconhecimento à sua inestimável contribuição para o desenvolvimento e fortalecimento do jogo no Paraná e no Brasil; **Requerimento n.^º 1469/2025**, do Deputado Jairo Tamura, solicitando a retificação de envio de menção honrosa aos



homenageados na Sessão Solene em comemoração aos 117 anos de Imigração japonesa, em complemento ao Requerimento protocolado sob o n.º 1451; **Requerimento n.º 1472/2025**, do Deputado Adão Litro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa a Thiago Mostachio, em reconhecimento pela sua brilhante trajetória política em prol dos palotinenses; **Requerimento n.º 1473/2025**, das Deputadas Cantora Mara Lima e Clora Pinheiro, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, requerendo informações relacionadas ao Cadastro Único para Programas Sociais, no âmbito do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1474/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao II.^{mo} Secretário Municipal de Saúde de Guarapuava, Sr. Márcio Brunsfeld de Oliveira, requerendo informações e providência conforme específica; **Requerimento n.º 1475/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao II.^{mo} Prefeito do município de Guarapuava, Sr. Denilson Baitala, requerendo informações e providências, conforme específica; **Requerimento n.º 1478/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda, para que revejam medida adotada que afastou do exercício, dos seus respectivos cargos, o Diretor-Geral Prof. Geraldo Trabuco, o Diretor Auxiliar Prof. Josenei Aguinaldo Jacinto e a Diretora Auxiliar Professora Luciana Andrea Calvi Brito, todos do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, de Maringá, a fim de que sejam os mesmos reconduzidos aos cargos anteriormente ocupados; **Requerimento n.º 1479/2025**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pra o Sr. Antônio Augusto Sobrinho, também conhecido como Frei Pacífico, é um renomado artista plástico, escultor, ecologista e ex- frei franciscano residente em Guaíra/PR; **Requerimento n.º 1480/2025**, do Deputado Goura, solicitando informações à Sr.^a Marilza do Carmo Oliveira Dias, Secretária Municipal do meio Ambiente de Curitiba, sobre o Aterro Sanitário Essencis.



Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1455/2025, dos Deputados Anibelli Neto e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado Anibelli Neto como coautor do Projeto de Lei n.º 198/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1456/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16 de junho de 2025; **Requerimento n.º 1457/2025**, do Deputado Tercílio Turini, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16 de junho de 2025; **Requerimento n.º 1463/2025**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16 de junho de 2025.

Deferido conforme o Inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 1458/2025**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 16 a 21 de junho de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para a sequência, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 179/2025, 227/2025, 260/2025, 321/2025, 350/2025 e 389/2025; 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 368/2025; 1.º Turno do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Projeto de Lei n.º 270/2024; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 305/2025, 325/2025 e 365/2025. Solicito aos Deputados que registrem suas presenças.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h30, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)